

Sumário

Introdução	1
1. Procedimentos Metodológicos para Diagnosticar a Insuficiência da Formação Jurídica	13
1.1 A delimitação metodológica para categorizar a insuficiência da formação discente	13
1.2 O procedimento para classificar os erros jurídicos.....	15
1.2.1 A classificação dos erros processuais	16
1.2.2 A classificação dos erros formais.....	17
1.2.3 A classificação dos erros materiais.....	19
1.2.4 Erros que não decorrem da má-formação.....	21
1.2.4.1 Decisões estratégicas dos advogados	21
1.2.4.2 Erros de gestão	22
1.3 O procedimento para demonstrar a ocorrência dos erros perante os tribunais	24
1.3.1 Resultado da pesquisa no STF, STJ e CNJ.....	25
1.3.2 Resultado da pesquisa na Justiça Federal	28
1.3.3 Resultado da pesquisa na Justiça Estadual	34
1.3.4 Resultado da pesquisa na Justiça Trabalhista	46
1.3.5 Resultado da pesquisa na Justiça Eleitoral	54
1.3.6 Resultado da pesquisa na Justiça Militar	59
1.3.7 Resultado da pesquisa nos Tribunais de Contas	60
1.4 Conclusões preliminares.....	62

2. Uma Insuficiência Demonstrada pelo Contraste entre os Objetivos da Formação Jurídica e os Resultados das Avaliações Externas.....63

2.1 Os objetivos da formação jurídica no que tange à advocacia	63
2.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito: dever de formar profissionais capacitados a atuar com a devida utilização das ferramentas jurídico-processuais.....	64
2.1.2 Conteúdos programáticos que demonstram foco na formação de juristas litigantes.....	70
2.2 Os resultados das avaliações externas	74
2.2.1 Desempenho insuficiente dos estudantes de Direito no Exame de Ordem	75
2.2.1.1 O despreparo discente para a prática da advocacia atestado pelo elevado números de erros no exercício da profissão.....	81
2.2.1.2 Limitações do Exame de Ordem para assegurar a competência dos estudantes de Direito para a prática forense.....	83
2.2.2 Baixo desempenho das instituições de ensino superior (IES) em avaliações externas.....	95
2.2.2.1 Insuficiência do ensino jurídico brasileiro demonstrada pela suspensão de cursos determinada pelo MEC	95
2.2.2.2 Falha de formação jurídica demonstrada pelos resultados insuficientes em avaliações do Enade	104
2.2.2.3 Dados obtidos pela OAB para requerer a suspensão de novos cursos confirmam crise no ensino jurídico	107
2.3 Conclusões preliminares	110

3. Uma Insuficiência Decorrente de Problemas	
Antigos do Magistério Jurídico Brasileiro	111
3.1 Críticas doutrinárias que antecedem a criação do Exame de Ordem e seguem válidas	111
3.2 A insuficiência do ensino jurídico brasileiro como problema que motivou a criação do Exame de Ordem.....	116
3.3 O impacto do Exame de Ordem na metodologia de ensino: foco na aprovação e não na prática forense.....	119
3.3.1 Círculo vicioso da influência do Exame de Ordem no ensino jurídico.....	119
3.3.2 Memorização da legislação para a 1ª fase.....	123
3.3.3 Prática processual limitada às exigências da prova de 2ª fase.....	128
3.4 Sugestões de melhoria com base na doutrina especializada em ensino jurídico	131
Conclusão	143
Referências Bibliográficas.....	145
Anexos	157